

INVESTIGAR "PROBLEMAS SOCIAIS":

equivocos e dilemas de uma etnografia da prisão

Manuela Ivone Cunha.

Abstract: O terreno desta investigação -- uma prisão -- constitui um domínio quase exclusivamente definido como "problema social" e abordado enquanto tal. Deste facto decorreram algumas dificuldades e equívocos que apenas marginalmente são enquadráveis no habitual debate onde se opõem "pesquisa pura" e "pesquisa aplicada".

Para além dos problemas enfrentados no momento do trabalho de campo, onde esta oposição se relativiza, exponho os que sobrevieram na gestão das expectativas criadas em torno da pesquisa e por fim na recepção dos resultados. Sem que a preocupação de propor diagnósticos ou receitas práticas tenha dimensionado a investigação, a apresentação dos resultados a um público não académico -- nele incluídos representantes de instâncias políticas e administrativas -- deveria porém ter tomado em conta que a sua leitura se faria no quadro de percepção da prisão como "problema social", e consequentemente antecipado as possíveis distorções daí resultantes.

problemas sociais -- prisão -- antropologia -- deontologia

Le terrain de cette recherche -- une prison -- constitue un domaine presque exclusivement défini comme un "problème social" et abordé en tant que tel. Il en a résulté quelques difficultés et équivoques qui dépassent le cadre du débat habituel entre "recherche pure" et "recherche appliquée".

Outre les problèmes rencontrés lors de l'enquête de terrain, où cette opposition se relativise, je présente ceux qui marquent la gestion des attentes entourant le travail ainsi que la réception des résultats. Bien que la préoccupation de fournir des diagnostics ou des recettes pratiques n'ait pas orienté la recherche, la présentation des résultats à un public non scientifique -- comprenant des représentants d'instances politiques et administratives -- aurait du prendre en compte le fait que leur lecture se ferait dans le cadre de perception de la prison comme "problème social" et anticiper en conséquence les possibles distorsions en résultant.

problèmes sociaux -- prison -- anthropologie -- déontologie

Nota preliminar:

O texto que se segue resulta de uma comunicação apresentada nas jornadas de preparação do colóquio "Usages sociaux de l'ethnologie dans les pays européens", colóquio este organizado pela Mission du Patrimoine Ethnologique do Ministério da Cultura francês e que terá lugar em Outubro de 1993 em Paris. As questões abordadas prenderam-se com uma preocupação central neste encontro, a saber, os problemas decorrentes da "demande sociale" dirigida à antropologia, comparativamente ainda não muito em foco em Portugal. No que

respeita à expressão "demande sociale", deparei-me com a dificuldade da sua tradução dado conter um sentido mais vasto, vago e ambíguo que o da expressão portuguesa "solicitação (ou procura, ou interpelação) social" (ver infra, p. 4-5). Tencionando conservar esta imprecisão optei pela tradução literal, adoptando assim a pouco usual expressão "demanda social".

Integrei em 1985 a equipa de um projecto de investigação sobre trajectórias desviantes e instituições totais que então se iniciava no quadro do Centro de Estudos Judiciários.

O projecto encontrava-se plenamente inserido na instituição, não se limitando esta a financiá-lo integralmente e a fornecer-lhe o enquadramento institucional necessário para desbloquear o acesso, em regra difícil, aos estabelecimentos a estudar: integrou também a equipa no quadro do seu pessoal (possuíamos o estatuto de investigadores e assistentes de investigação do CEJ), ainda que esta inserção profissional fosse temporária, limitando-se à duração da pesquisa.

Convém contudo precisar que o projecto não nasceu em resposta a uma solicitação do Centro, mas da iniciativa de um dos coordenadores da equipa, ambos exteriores ao CEJ e dispendo de uma formação em direito e ciências sociais. Esta dupla formação dos proponentes terá porventura constituído uma credencial favorável à aceitação da pesquisa, embora a vertente jurídica pouco transparecesse no texto do projecto -- cujas referências

.Segundo a definição dada por E. Goffman em Asylums (1961). O projecto, intitulado "Do desvio à instituição total", previa a investigação de campo em alguns tipos destas instituições na área de Lisboa: institutos de reeducação de menores, prisões, hospitais psiquiátricos e asilos.

. Uma instituição de formação de magistrados e de pesquisa no domínio dos estudos juridico-sociais, dependendo do Ministério da Justiça.

teóricas o situavam sobretudo na área das ciências sociais.

A equipa de investigação era quase na totalidade constituída por antropólogos. Mas este facto meramente circunstancial (os assistentes de pesquisa foram recrutados entre os ex-estudantes de um dos coordenadores, membro do Departamento de Antropologia da UNL) não modificou a percepção que o Centro tinha da pesquisa no sentido de qualificar a sua abordagem como "antropológica". Por outro lado, o trabalho de campo deixou de estar associado em exclusivo à antropologia figurando também, enquanto "técnica", nos "estudos de caso", expressão mais corrente na terminologia sociológica; é aliás sob esta designação que é referida no texto do projecto a investigação a conduzir em cada uma das instituições.

Estes detalhes com que iniciei a apresentação geral do projecto parecem excentrá-lo do problema em causa: a "demanda social" dirigida à antropologia. Como indiquei, a proposição de investigação não foi recebida como relevando especificamente da disciplina, e a sua eventual apresentação nessa qualidade não acresceria a receptividade que obtive junto do CEJ. Com efeito, não constato em Portugal a aura que parece envolver a antropologia em França, em parte em consequência de um aparente desencanto quanto às contribuições da sociologia e às suas traduções práticas. Em Portugal, salvo algumas excepções, as incursões da disciplina fora do mundo académico e dos organismos de pesquisa saldaram-se globalmente numa participação em projectos interdisciplinares (esta participação sendo por vezes convocada a título metodológico, isto é, quando é necessário levar a cabo um trabalho de campo) ou numa ligação episódica a instituições interessadas no conhecimento dos arranjos sociais e culturais de um determinado terreno, independentemente das modalidades específicas de construção desse conhecimento no campo das ciências sociais.

. Esta relativa indiferença concerne sobretudo a opção entre o modo sociológico e o modo antropológico. Ela é contudo recente e não generalizada, continuando a ser a sociologia a disciplina disposta de maior visibilidade social. Ainda a este propósito Raymond Firth (1981: 196), fazendo uma espécie de balanço da intervenção da antropologia em problemas sociais, refere que "nowadays, anthropologists are diffused widely through government departments, institutions, and industrial concerns, but still on a rather haphazard basis, and not often as anthropologists". É de notar que Firth se centra sobre as produções do mundo anglo-saxónico, onde a dimensão das carreiras em antropologia aplicada, por exemplo, é já considerável.

A "demanda social" dirigida à antropologia em todo o caso não parece vir substituir-se à que é dirigida às outras ciências sociais em resultado de um eventual efeito de capitalização da usura destas últimas mas, quando muito, vem complementá-la. Pelo que referi, trata-se de uma demanda difusa, traduzindo-se por um acolhimento de certas iniciativas de pesquisa no domínio dos fenómenos sociais e não de uma solicitação activa e assente numa apetência particular pela abordagem antropológica. Talvez em França uma tal situação de mera receptividade para com a antropologia integre as diversas significações da expressão "demande sociale".

Confesso experimentar uma certa dificuldade em situar os limites do conteúdo desta expressão, aliás sem um equivalente "pronto-a-vestir" em português e que Isac Chiva já qualificou de "passe-partout" (1982: 143), tanto mais que por outro lado a sua relação com a antropologia aplicada nem sempre é evidente. Em alguns textos franceses (Pétonnet e Pouchelle, 1989) pareceu-me que o próprio facto da existência de uma solicitação é suficiente para que as pesquisas da qual são objecto sejam qualificadas de "investigações aplicadas": ora o constante deslizar entre "pesquisas aplicadas" e "pesquisas respondendo a uma `demanda social'" não é legítimo sem que claramente seja tomada em conta a específica dimensão instrumental das primeiras.

É claro que certos problemas já colocados a propósito da antropologia aplicada confluem com a discussão sobre a "demanda social" relativa à disciplina. Um destes problemas, por exemplo, reside no facto de a entidade financiadora solicitar pesquisas focalizadas em questões parciais, formuladas no seu próprio quadro de interesses, valores e percepções. Ora por vezes este quadro é uma parte integrante do próprio terreno a estudar e a perspectiva que reflecte, não sendo única, deve ser colocada no mesmo plano que as restantes. Subordinar-se à perspectiva implícita na formulação da "encomenda" é aceitar a hierarquização dos diferentes discursos, o que pode comprometer a compreensão do contexto em que se situam. E são justamente "contextos" e não "textos" parciais

. Para um tratamento desta questão no âmbito da solicitação médica da antropologia, ver Castelain, Loux e Pouchelle (1989: 194-198).

que a antropologia tenta apreender.

Por outro lado, o inquérito etnográfico procede por uma abordagem mais difusa, submetendo-se com dificuldade a um problema estreitamente delimitado. E finalmente aquilo que é importante e pertinente para o patrocinador pode não o ser para o investigador e vice-versa. No que me diz respeito, não encontrei este obstáculo, já que a instituição que financiou o projecto absteve-se de intervir no sentido de orientar a colheita de dados para tópicos susceptíveis de a interessar mais directamente.

Se é então possível pensar conjuntamente as discussões sobre a antropologia aplicada e sobre a "demanda social", elas não se sobrepõem contudo inteiramente. Com efeito, embora não raro equívocos, os termos desta demanda podem ser muito variados, não se reduzindo à solicitação de um diagnóstico ou de receitas práticas. Mesmo quando se trata de estudar terrenos percebidos como críticos, ela também não implica necessariamente que a resposta a um eventual ensejo de terapêutica social estruture à partida a pesquisa solicitada, ou seja inerente a ela.

No caso do projecto proposto ao CEJ, tais propósitos não constavam explicitamente do texto apresentado. O Centro, por seu turno, à medida que tomava conhecimento de resultados parciais dos trabalhos (sob a forma de relatórios ou artigos publicados no seu boletim) demonstrava reconhecer a autonomia da pesquisa, não tentando redimensioná-la de maneira a dela se poder deduzir de imediato um programa de acção. Permitiu, assim, que a investigação se desenvolvesse segundo a sua lógica própria. Há ainda a acrescentar que quer o texto inicial do

. Debruçando-se sobre o papel do antropólogo que leva a cabo investigações aplicadas nos EUA, Boggs (1990: 217) opõe um papel técnico a um papel profissional, parecendo-me tal oposição corresponder a esta oposição "texto / contexto".

. Dadas certas características das instituições prisionais e a ruptura com o exterior, procurei de início abordar as configurações sociais particulares que emergem neste contexto, centrando-me posteriormente nos modos de gestão das identidades das reclusas.

projecto quer a orientação da equipa pelos coordenadores forneciam referências suficientemente amplas e flexíveis para que cada investigador conduzisse o seu trabalho como melhor o entendesse.

Muitas das reticências que se exprimem quanto às pesquisas aplicadas em ciências sociais decorrem em grande parte da dificuldade em traduzir este tipo de conhecimento numa intervenção prática. A relação entre a teoria e a aplicação tornou-se ainda mais problemática com o fim do modelo positivista que impregnava estas ciências: o reconhecimento do carácter contingente e intersubjectivo do conhecimento relativizou a autoridade das directivas para a acção concreta dele decorrentes e a segurança com que eram propostas. Acresce que especialmente em antropologia, e mesmo sem nos determos aqui na tendência da disciplina a abandonar a procura de causalidades e leis, observa-se que o estilo etnográfico se orienta cada vez menos para a evocação de traços típicos ou esquemas preponderantes de um contexto cultural; surgem em contrapartida estudos mais nuanceados, atentos às diferenciações internas e dando assim corpo a uma ideia de cultura como algo que é continuamente construído e negociado pelos indivíduos.

É certo que se estas nuances e subtilidades tornam menos linear a produção de prescrições visando a resolução de um problema prático, também não são cómodas para os decisores, normalmente mais dispostos a lidar com conclusões dogmáticas. Por outro lado, decidir implica não raro fazê-lo contra uns e a favor de outros, o que significa que, mesmo se a decisão é informada, ela assenta em valores nem sempre consensuais. Políticos e administradores operam em permanência neste cenário de valores, mas os antropólogos -- entre os quais os que levam a cabo pesquisas aplicadas -- movem-se nele com menor à-vontade (Boggs, 1990). Finalmente, uma certa atitude relativista pode levá-los a encarar como mero esquema social alternativo um fenómeno que é socialmente definido como um problema carecendo de uma intervenção (cf. Vivel, 1980: 347).

Esta atitude, contudo, nunca se revelou a propósito de alguns fenómenos, como é o caso das prisões. Do discurso político ao científico, passando pelo dos media, todos são unânimes em qualificá-las de problema social, identificando aproximadamente os mesmos pontos críticos, ainda que com um grau de sofisticação variável. Nas ciências sociais, a vasta bibliografia produzida sobre este tema deixa transparecer que a preocupação em estabelecer um diagnóstico do problema dimensionou a maioria das pesquisas. O debate que as enquadrou durante muito tempo tinha por eixo a questão de saber até que ponto as sub-culturas prisionais são criminogêneas, ou simplesmente como têm as prisões um efeito socialmente desadaptativo sobre os reclusos, dificultando a sua posterior reinserção.

Mas independentemente dos diagnósticos específicos, um outro, global e preliminar, impõe-se-nos. Os principais problemas do mundo prisional decorrem de características intrínsecas à prisão, como a privação de liberdade e a ruptura mais ou menos acentuada que ela institui com o exterior. "Um absurdo necessário" é uma expressão corrente nos meios judiciais e frequentemente empregue pelo actual Ministro da Justiça português para qualificar estes estabelecimentos. Embora as prisões não sejam completamente impermeáveis à sociedade global, as lógicas respectivas a cada uma são em alguns aspectos incomensuráveis. A censura da correspondência, por exemplo, que suscita a indignação dos jornalistas cada vez que ocorre um debate sobre o mundo penitenciário, participa dos próprios princípios que estão na base da existência das prisões -- e a segurança não é o menor -- sendo por isso dificilmente revogável.

As prisões são por definição um meio anómalo, e a palavra "absurdo" parece portanto bem achada. Resta no entanto estabelecer se se trata também de um "necessário" como o testemunha a defesa crescente da aplicação de medidas alternativas e da resolução de "situações vitimizantes" por via civil, sendo esta última possibilidade (e

. Há que indicar que no contexto europeu a antropologia pouco se interessou pelo tema da prisão, ao contrário do constatado nos EUA.

esta expressão) proclamada pelos abolicionistas. Trata-se portanto de um debate normativo, e a questão da existência ou inexistência das prisões é em última instância, uma questão política.

Em segundo lugar, se, como referi, é uma incoerência lógica tentar dar solução a problemas de fundo que são inerentes à própria natureza das prisões, qualquer intervenção humanitária vê-se à partida limitada às suas deficiências secundárias mais sérias: a falta de privacidade, o excesso de violência por vezes empregue pelos guardas, a sobrepopulação, entre outras. Ora os organismos de tutela têm desde há muito consciência destas deficiências e a resposta a elas não parece especialmente necessitar de ser informada por um saber antropológico. Também aqui uma acção parece apenas depender de uma vontade política.

Este quadro, que reconheço ter desenhado a traço grosso, é no entanto suficiente para mostrar que o facto de não haver pensado a minha investigação em termos de diagnóstico ou de receitas práticas não releva inteiramente de uma opção a priori mas também das circunstâncias já descritas, ligadas às características do problema social em causa. Tudo concorria, em suma, para que parecessem mais ou menos confortavelmente contornadas muitas das interrogações levantadas a propósito da antropologia aplicada, que atrás indiquei. Não emprego aqui a locução "mais ou menos" como um meio retórico de atenuar a palavra "confortável": trabalhando sobre um terreno crítico do ponto de vista social, não aceitava sem alguma ambivalência que a minha investigação não teria aí consequências significativas. Mas pensava que já seria positivo contribuir para o conhecimento destes meios. Tratava-se da primeira vez que um estudo deste género era realizado em Portugal, acompanhado da possibilidade inédita de um acesso não condicionado aos estabelecimentos a estudar (graças à cobertura institucional de que dispunhamos). Até à data, a opacidade do meio penitenciário a um olhar exterior era apenas interrompida por (raros) relatos de ex-detidos ou pelos media cuja informação, muito dramatizada, assenta de preferência em quatro temas: violência, droga, homossexualidade, "prisão-escola-do-crime". Este conhecimento deficitário contribui também para perpetuar estereótipos sobre os reclusos e os guardas. Estes últimos, por exemplo, têm dificuldade em combater a imagem estigmatizante do carcereiro munido de um molho de chaves, que corresponde ao referente de uma função exclusivamente repressiva.

Esta curta demonstração do interesse da pesquisa pode aparecer aqui como deslocada e injustificada. Contudo, fui várias vezes levada a fazê-la nestes termos, em contextos onde ela surgiu quase como um exercício de legitimação moral do trabalho que levava a cabo. Colegas da equipa utilizavam por vezes na mesma tentativa versões reduzidas desta demonstração: "É necessário que os juízes conheçam os lugares para onde enviam as pessoas", ou "para agir sobre estes universos é preciso primeiro conhecê-los". Ou seja, procurava-se encontrar qualquer ingrediente utilitário neste conhecimento, evitando justificá-lo em termos puramente teóricos, Com

efeito, trabalhávamos sobre terrenos que estão prévia e unicamente construídos como problemas sociais, prevalecendo esta construção sobre todo e qualquer objecto definido pelo investigador. A dificuldade em gerir as expectativas criadas em torno da pesquisa derivava em parte desta secundarização do objecto teórico com a qual frequentemente me defrontava. Públicos variados em contacto com o meu trabalho convergiam na expectativa de uma denúncia das deficiências do mundo prisional ou da formulação de resoluções para as minorar. Se esta expectativa é previsível nas reclusas, por exemplo, ela torna-se um pouco dissonante quando é exprimida por algum público universitário, que a propósito de outros contextos deu mostras de resistir à ideia de uma antropologia "engagée". Sabendo que o meu terreno de trabalho era uma prisão, dificilmente se acomodava à aparente neutralidade de um discurso onde uma preocupação instrumental não era visível. Surge então que em terrenos marcados pela urgência de medidas sociais, o antropólogo pode encontrar-se face a uma situação inversa à mais habitual: do ponto de visto ético, a sua investigação não é considerada suspeita pelo facto da sua intervenção, mas pelo facto da sua não intervenção. Quer dizer que é confrontado com o problema da legitimação moral de uma pesquisa percebida como "pura".

Para melhor permitir situar globalmente esta pesquisa, utilizei até agora uma oposição antropologia pura / antropologia aplicada, susceptível de ser questionada de vários ângulos. Sem entrar aqui nesse debate, é no entanto verdade que uma tal oposição se relativiza pelo menos durante o trabalho de campo, empresa intersubjectiva por natureza. As relações sociais estabelecidas entre o investigador e a população que estuda, mesmo se apenas instrumentais (e raramente é este o caso) têm sempre implicações práticas. Segundo as circunstâncias e o grau de envolvimento do antropólogo, vários tipos de ajuda mais ou menos episódica são prestados na forma de medicamentos, financiamento da escolaridade de crianças, defesa de uma causa local junto das autoridades, entre outros serviços possíveis. Por inerência ao trabalho de campo e a um princípio de reciprocidade mais ou menos vinculativo, o investigador é absorvido numa rede de trocas que pode, porém, originar alguns equívocos.

Após um certo tempo de trabalho de terreno na prisão, as reclusas tinham consciência do facto que a minha pesquisa não iria ter repercussões imediatas sobre a sua vida quotidiana. Quando me perguntavam com insistência que consequências benéficas este estudo lhes traria, eu respondia-lhes que os efeitos directos seriam provavelmente reduzidos. Por outro lado, as reclusas haviam-se apercebido de que eu não me tinha dado por missão denunciar as eventuais injustiças cometidas contra elas, ou de que pelo menos esta preocupação não constituía o centro do meu trabalho. Dado que pela primeira vez alguém vindo do exterior dispunha dos meios credíveis para o fazer, não me era moralmente cómodo não responder a esta expectativa legítima.

Há que dizer que eu sentia um especial dever de retribuição para com as detidas, pois conhecia o valor que elas atribuíam à informação. Um dos elementos mais importantes da sua vida quotidiana que lhes é possível gerir com alguma autonomia, ela constitui uma fonte de poder mas igualmente de risco, e por consequência a sua circulação é cuidadosamente controlada. Partilhar a informação com alguém implica estabelecer um laço marcado por uma permanente exigência de reciprocidade. Pela minha parte, responder a esta exigência não se revelava fácil. Em primeiro lugar porque o que me era pedido era quase sempre ilícito: por exemplo, enviar uma carta a fim de que ela escape a uma censura que não procura somente planos de fuga, mas se exerce também sobre as queixas da vida em prisão e que julga do conteúdo moral da correspondência amorosa; ou transmitir uma mensagem oral a uma ex-companheira de detenção, quando toda a espécie de contacto com as ex-reclusas é interdita. Em geral evitava aceder a estas solicitações, mas em algumas ocasiões não resisti a fazê-lo, segundo a relação que havia estabelecido com uma reclusa, a confiança que depositava nela, ou estando por comum acordo previamente inteirada do conteúdo da mensagem. Reconheço que o papel do censor não estava ausente, embora desta feita limitado às questões de segurança.

. As "chibas", ou seja, as deladoras na gíria prisional, entram numa categoria local muito depreciada e são objecto, da parte das outras detidas, de severas punições -- entre as quais o ostracismo.

Visto do exterior, este comportamento é certamente duvidoso, quer em relação à direcção do estabelecimento, quer segundo a nossa ética profissional. Mas, do ponto de vista da primeira, será este comportamento tão reprovável como por exemplo o de não denunciar -- se nos ativermos à segunda -- um plano de evasão do qual temos conhecimento? No plano dos princípios tudo parece claro: não se infringem os regulamentos internos, mantem-se a confidencialidade garantida aos informadores (e num tal contexto o emprego da palavra ganha todo o seu sabor...). No entanto sabemos também que um princípio local de reciprocidade -- bastante constrangente, como sugeri -- quase não podia ser respeitado num meio onde o quotidiano é minuciosamente regulado por uma proliferação de interditos. A possibilidade de prosseguir o trabalho estava assim frequentemente em causa: o mínimo serviço prestado às reclusas a fim de não fechar as vias de comunicação com elas, podia por outro lado inviabilizar a pesquisa no seu todo.

Num terreno onde vários princípios éticos estão deste modo em tensão, é difícil conduzir-mo-nos em permanência de maneira inequívoca. Ex post facto, adoptei uma ética circunstancial, medindo a cada passo as eventuais consequências das minhas escolhas para as diferentes partes implicadas, eu própria incluída. De facto encontrava-me em condições de medir os efeitos de alguns serviços ilícitos que aliás, do ponto de vista da segurança prisional, eram quase nulos. Mas mesmo uma iniciativa lícita pode ter neste terreno resultados imprevisíveis, como o testemunha o exemplo que se segue.

Numa prisão, como noutros contextos marcados por nítidas clivagens entre grupos sociais, é muito delicado para o investigador gerir as distâncias entre estes diferentes grupos, e por consequência é mais difícil controlar o papel que localmente lhe é atribuído. Depois de haver superado o papel do espião (construído pelas reclusas) e o do inspector que vem detectar as deficiências (atribuído pelas guardas e pela administração) passei a ser alguém que era prestigioso ter do seu lado e logo objecto de apropriação pelas diferentes facções. Cedo surgiram as situações destinadas a forçar-me a uma escolha: a guarda que solicita a minha aprovação diante da reclusa que

acaba de repreender; as reclusas que pedem a minha presença nos conselhos técnicos (onde são decididas as liberdades condicionais a as saídas precárias), etc.

Apresentou-se apesar de tudo uma ocasião de prestar um serviço neutro que me permitia conservar uma posição de equidistância num meio assim dividido. As reclusas lamentavam constantemente a ausência de qualquer programa de exercício físico proporcionando-lhes uma actividade mais enérgica que a de caminhar ao longo dos escassos metros do espaço previsto para o recreio quotidiano. Sendo o fabrico de tapetes artesanais a ocupação mais importante do estabelecimento, as reclusas na sua maioria passavam a quase totalidade do dia sentadas, e acrescentando a este facto os efeitos de certos medicamentos consumidos em abundância, viam-se tornar obesas sem nada poder fazer para o evitar. Mesmo para aquelas que nunca haviam feito desporto, esta solicitação consistia seja uma afirmação do direito de controlar o seu corpo (um direito que ganha uma nova dimensão numa situação de reclusão), seja uma simples reivindicação igualitária de uma actividade já prevista em todas as prisões masculinas. As guardas apoiavam vivamente estas aspirações, vendo também nelas vantagens. Segundo elas, o exercício físico acalmava as reclusas, o ambiente prisional tornar-se-ia menos tenso e, diminuindo os conflitos, o seu trabalho encontrar-se-ia facilitado.

Pensando que esta solicitação consensual não havia ainda obtido resposta por um qualquer efeito de inércia característica deste tipo de instituições, abordei ocasionalmente o assunto com a Directora. Ela revelou-se resistente à ideia, mas não apresentando senão obstáculos de ordem financeira e logística. Perante estes obstáculos, decidi subir um degrau na hierarquia, mencionando a questão durante uma conversa com o Director Geral dos Serviços Prisionais, a quem competia ultrapassá-los. Acolheu favoravelmente e de imediato a sugestão de um programa de ginástica, colocando à minha disposição os meios para o iniciar. Apercebendo-se do meu empenhamento pessoal no projecto e em ordem a acelerar o processo, evitando os canais burocráticos normais, pediu-me que o organizasse e me encarregasse de alguns detalhes práticos. No entanto, e ao inverso do que eu esperava, a Directora não recebeu a notícia com entusiasmo, e foi difícil obter a sua colaboração: multiplicava os

obstáculos à medida que eram ultrapassados, recorrendo a argumentos frequentemente incoerentes.

Quer o DGSP quer eu própria usávamos da nossa melhor diplomacia para não a desautorizar. O primeiro via nestes problemas uma expressão das posições conservadoras da Directora, mas eu começava a aperceber-me que outras razões estavam também em jogo. Sendo o fabrico de tapetes de Arraiolos a mais importante fonte de rendimentos do estabelecimento, ela receava que as duas horas semanais de ginástica, recaíndo necessariamente no horário de trabalho, fizessem baixar a produção. Ela mesma o insinuava, mas sem tornar nunca esta razão explícita já que, dado o contexto, ela não surtiria como legítima. Eu ostentava a mais verosímil ingenuidade, afectando nada compreender.

Finalmente o programa começou a funcionar, mas produziu efeitos laterais perversos. A Directora vedou a muitas reclusas o acesso a esta actividade sob diversos pretextos: porque haviam dado entrada no estabelecimento recentemente e não as conhecia ainda; porque estavam prestes a sair; porque haviam apresentado recurso da sentença; porque as reclusas cujos filhos estavam na creche não se poderiam atrasar para os receber; porque as estrangeiras encontrando-se, segunda ela, integradas em organizações criminais, teriam mais hipóteses de evasão e seria impossível localizá-las. A indignação que começou a gerar-se nas reclusas devia-se no entanto ao facto de as restrições não se aplicarem igualmente a todas as que se encontravam num ou noutro dos casos descritos. Ou seja, algumas reclusas eram excluídas da ginástica enquanto viam outras, numa situação idêntica à sua, serem admitidas. Grassou então a suspeita de que estas últimas seriam deladoras e que a Directora estaria a usar o programa como um modo de distribuir sanções e recompensas. De uma maneira ou de outra, é obvio que este programa de ginástica se converteu num meio de exercer um controlo suplementar, criando ainda novos focos de tensão entre as reclusas.

As trocas inerentes a um trabalho de campo trazem portanto de volta, a um outro nível, interrogações éticas que pensei contornadas pelo facto de não haver concebido a pesquisa como uma forma de intervenção visando fins

práticos. No momento do inquérito etnográfico, os limites entre investigação "pura" e "aplicada" tornam-se mais fluidos. Como se constatou, ele próprio não está isento do género de equívocos que são habitualmente situados e pensados no quadro da discussão sobre a antropologia aplicada.

As questões éticas pairam também sobre a redacção dos resultados da pesquisa. No meu caso, a sua publicação encontrava-se garantida e eu estava consciente da facilidade de identificação de cada um dos membros da população que estudava (basta o simples facto de se tratar do único estabelecimento penitenciário feminino central do país). Constituindo um meio onde os estratagemas ilícitos abundam, vejo-me frequentemente forçada a colocar na balança a importância etnográfica de alguns dados (bem como a clareza e o detalhe da sua exposição) e o prejuízo que a sua revelação poderia causar às pessoas envolvidas.

Um último problema concerne as leituras que serão feitas dos resultados. Às questões levantadas a propósito do tema "como e de quem se fala", vêm adicionar-se outras centradas sobre o tema "a quem se fala". Retomando implicitamente o binómio antropologia pura / antropologia aplicada, alguns autores sustentam que "une bonne description est toujours préférable à toute réponse en forme de conseil" (Pétonnet e Pouchelle, 1989: 186) ou que os usos de uma pesquisa são exteriores a ela e não devem presidir à sua construção, embora, a posteriori, não dispensem completamente uma atitude vigilante (Izard, 1983: 33). Simplesmente é por vezes a descrição ela mesma que é objecto de malentendidos. Com efeito, entre a produção de um conhecimento e a sua tradução prática permanece um espaço mediador onde se situam as representações deste conhecimento por um público não iniciado. Quer dizer que antes de vigiar as eventuais "utilisations dévoyées" (Izard, 1983: 33) de uma pesquisa, é necessário estar primeiro atento ao modo como ela é recebida, pois é possível que uma utilização transviada não seja senão o resultado de uma mera percepção enviesada. Trata-se portanto de um problema de comunicação que, a despeito da sua importância, encontra-se ainda pouco explicitado e delimitado no interior da discussão sobre os

usos sociais dos estudos antropológicos.

Quando apresentamos a nossa pesquisa a uma audiência científica, este problema coloca-se com menor acuidade: partilhamos aproximadamente as mesmas convenções de discurso, possuímos um relativo controlo sobre os sentidos atribuídos ao que comunicamos e, caso eventuais malentendidos persistam, é pouco provável que eles tenham graves e directas repercussões sociais fora do mundo académico, mais não fosse porque é ainda raro que os conhecimentos que ele produz o ultrapassem.

Se uma investigação versa porém sobre um tema constituído como "problema social", é expectável que ela se torne mais visível. No caso da minha pesquisa, ela era ainda directamente assinalável pelas instâncias do poder, já que o Centro onde o projecto se integrava depende do Ministério da Justiça, como todo o pessoal detentor de autoridade no sistema penitenciário. No quadro de uma conferência do Centro (à qual só à última hora foi anunciado que o próprio Ministro da Justiça não assistiria), cada membro da equipa apresentou os seus resultados perante uma audiência que reunia uma maioria de jovens juristas e o Director Geral dos Serviços Prisionais. Sabia que os primeiros dispunham de noções de ciências sociais e que conheciam algumas perspectivas sociológicas sobre as prisões. Tentei não obstante fazer uma comunicação acessível onde, a partir dos conteúdos conferidos na prisão à categoria "homossexual", pensava simultaneamente as teorias sobre as subculturas penitenciárias e a construção social do género feminino.

A discussão que se seguiu focalizou-se de imediato nos assuntos inevitáveis figurando em todo o debate sobre as prisões e, a despeito das minhas intenções, a minha comunicação foi reinterpretada no quadro de percepção habitual, ou seja, foi constituída em diagnóstico. Aspectos muito secundários foram enfatizados e autonomizados dos aspectos centrais do problema em relação aos quais adquiriam sentido; por outro lado, a audiência procurava alinhar a informação, segundo um esquema de oposição, numa avaliação positiva ou negativa do funcionamento da prisão ou das consequências da reclusão. Quando a informação havia sido retida como

negativa, a discussão inflectia-se então para justificações ou interrogações quanto às soluções possíveis.

Confrontara-me já a um processo similar de selecção da informação por ocasião de uma outra pesquisa (integrada no mesmo projecto) sobre um hospital psiquiátrico. O texto final que entreguei aos membros do pessoal do hospital foi também objecto de uma leitura distorcida, já que estes procuravam acima de tudo decifrar uma posição denegrindo ou aprovando a sua actuação. A vulgarização das perspectivas antipsiquiátricas denunciando o papel repressivo destas instituições e algumas reportagens sobre o hospital que colocavam a tónica no tratamento inumano dos pacientes (mediaticamente hipertrofiado, aliás) contribuíram para uma imagem pública do estabelecimento bastante negativa. Sentindo-se injustamente causticados, os enfermeiros em particular adoptavam uma atitude muito defensiva em relação a todo o olhar exterior. Esta atmosfera sensível torna compreensível a reacção veemente de uma enfermeira ao emprego no meu texto da palavra "punição" para designar, por exemplo, o caso onde se impede uma paciente de comparecer a um ensaio de teatro por se recusar em permanência a alimentar-se. Se esta palavra possuía uma conotação neutra no meu sistema de referências (deveria eu ter empregue a expressão 'recompensa negativa'?) no da enfermeira ela continha em si mesma uma crítica quanto à estratégia escolhida para levar a paciente a ingerir alimentos.

Neste contexto, qualquer descrição será dificilmente recebida como "neutra", mais não fosse que por causa da divergência dos sentidos atribuídos ao vocabulário utilizado, ou ainda devido a uma outra tendência muito frequente: a de confundir a análise que o investigador faz de um discurso produzido por um grupo sobre uma realidade com a apresentação da realidade ela mesma. Como sucede (não raro) que este discurso não seja consensual, é então necessário esclarecer que não procuramos estabelecer o seu grau de verdade, mas a sua lógica.

Os resultados de uma pesquisa serão também lidos em função do lugar que os seus receptores ocupam num

. Este ponto poderia ser abordado à maneira de Wittgenstein, em termos de "formas de vida" e de "jogos de linguagem".

dado contexto. Retomando o evento ocorrido no Centro de Estudos judiciários, no final da discussão o Director Geral dos Serviços Prisionais veio felicitar-me pela minha comunicação, dizendo que ela confirmava as suas próprias ideias sobre as prisões, e pediu-me uma cópia do texto, insistindo em fazê-la publicar pelos seus serviços. Fiquei um pouco surpreendida, mas as circunstâncias não se prestavam à troca de impressões sobre as razões desta reacção entusiasta. Enviei-lhe a cópia e esqueci o episódio. Alguns meses mais tarde, fui por mero acaso inteirada do modo como o DGSP havia interpretado o texto. Um amigo jornalista que havia realizado uma reportagem sobre uma prisão masculina foi convidado a participar, numa universidade, num debate com o DGSP. Este, confrontado às críticas do primeiro, brandiu o texto da minha comunicação invocando o meu estatuto científico e o meu longo tempo de trabalho no terreno. O meu saber estaria assim investido de maior legitimidade que o do jornalista. Escudado nesta autoridade, o Director tentava demonstrar que afinal o sistema penitenciário por ele gerido não era tão defeituoso como o seu interlocutor sugeria. Por seu turno, este jornalista conhecia a autora, mas não o texto. Contando-me mais tarde o sucedido (não sem alguma perplexidade) já só o lembrava de maneira muito genérica, não conseguindo infelizmente a recordar-se de quais haviam sido os elementos do meu texto a que o Director recorrera para sustentar a sua argumentação. Ignoro, assim, o que conduziu a tal conclusão e por consequência de que modo o meu texto resultou numa legitimação imprevista do status quo prisional.

No entanto relendo-o, e estando persuadida da boa fé do Director (penso, de facto, que esta distorção não foi deliberada), detectei um ponto susceptível de produzir equívocos caso fosse submetido não somente a uma leitura apressada, como ainda feita por alguém cuja predisposição seria naturalmente a de "defender a sua dama" (tal atitude tende a tornar a memória mais selectiva, retendo e amplificando o que parece favorável e relegando para segundo plano o que pode ser percebido como uma crítica). Sustento neste texto que o fenómeno interno a esta prisão que é identificado como "homossexualidade" e representado como "desviante", não exprime na realidade uma ruptura com o exterior, reafirmando mesmo em última instância a conformidade às representações dominantes do género e da sexualidade. Esta ideia, adicionada a uma curta alusão ao facto de que a "sub-cultura prisional" não conduz as reclusas a uma valorização do seu estatuto criminal, pôde ter levado o Director a aí ver

uma confirmação da posição segundo a qual a prisão não constitui um meio gerador de "desvio". Contudo, do que eu expus neste texto até poder concluir que a reclusão não tem efeitos perversos sobre a reinserção social dos reclusos e que as prisões portuguesas se encontram isentas de problemas, há uma grande distância (talvez o DGSP não tenha chegado tão longe nas suas ilacções, mas suponho que terá ocorrido uma extrapolação deste tipo).

Creio que teria sido possível minorar as distorções desta leitura (embora não pudesse evitá-las inteiramente): insistindo, por exemplo, no esclarecimento do sentido por mim atribuído na exposição a certos aspectos que, mesmo sendo marginais do ponto de vista analítico, ganham um lugar central nas preocupações e interesses de um público não iniciado; ou especificando quais as generalizações não viáveis, especialmente a propósito dos pontos mais sensíveis e mais susceptíveis de as gerar.

Para poder ajustar o modo de apresentação dos resultados ao contexto da sua recepção, ter-me-ia sido portanto necessário tomar em conta o perfil dos receptores, a posição que ocupam em relação ao terreno estudado e sobretudo o facto de o seu quadro de percepção estar de alguma maneira condicionado pela construção deste terreno como "problema social". Investir numa antecipação das possíveis leituras duma pesquisa pode eventualmente prevenir uma utilização semelhante à de que a minha foi objecto.

BIBLIOGRAFIA.

Boggs, James P.:

1990. "The Use of Anthropological Knowledge under NEPA", Human Organization, volume 49, N° 3.

Castelain, Jean-Pierre; Loux Françoise; Pouchelle Marie-Christine:

1989. "Ethnologie et demande médicale: de l'académisme à la désobéissance", in Segalen, M. (dir.), L'autre et le semblable, Paris, Presses du CNRS.

Centro de Estudos Judiciários:

1985. Do desvio a instituição total. Sub-culturas, estigma, trajetos, Centro de Estudos Judiciários, Gabinete de Estudos Juridico-sociais, Lisboa, policopiado.

Chiva, Isac:

1982. "La recherche ethnologique française sur la France et l'Europe", in Godelier, M. (dir.), Les sciences de l'homme et de la société en France. Analyses et propositions pour une politique nouvelle, Paris, La Documentation Française.

Cunha, Manuela Ivone:

1988. "Caracterização das relações entre os universos sociais de uma `instituição total' da cidade de Lisboa: o Hospital Júlio de Matos", Povos e Culturas, Revista do Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, N° 3.

1989. "A prisão feminina como ilha de Lesbos e escola do crime. Discursos, representações, práticas", Cadernos do Centro de Estudos Judiciários volume I, N°2, 1989.

Firth, Raymond:

1981. "Engagement and Detachment: Reflections on Applying Social Anthropology to Social Affairs", Human Organization, volume 40, N° 3.

Goffman, Erving:

1961. Asylums, New York, Doubleday.

Izard, Michel:

1983. "L'anthropologie et les recherches en sciences sociales dans le Tiers Monde", Bulletin de l'Association Française des Anthropologues, No 11.

Pétonnet, Colette; Pouchelle, Marie Christine:

1989. "Le rôle de l'ethnologue dans sa société", in Segalen, Martine (dir.) L'autre et le semblable, Paris, Presses du CNRS.

Vivelo, Frank R.:

1980. "Anthropology, Applied Research, and Nonacademic Careers: Observation and Recommendations with a Personal Case History", Human Organization, volume 39, No 4.